PARECER Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 39, de 2007, do Senador Alvaro Dias, que *Acrésceta o art. 879-A ao Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), para regular a declaração de prescrição intercorrente na execução trabalhista.*

RELATOR: Senador PAULO PAIM

I – RELATÓRIO

Em exame nesta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 39, de 2007, que objetiva estabelecer prazo para regular a prescrição dos créditos trabalhistas nos casos em que, por responsabilidade exclusiva do exequente, não foi dado impulso à sua execução, nas condições que especifica.

Para tanto, ao acrescentar o artigo 879-A a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), seu *caput* prevê que o Juiz deverá ordenar o arquivamento dos autos referentes a essas ações, sempre que, *por responsabilidade exclusiva do exequente, não for dado impulso à execução pelo prazo de um ano.*

Já seu parágrafo único faculta ao magistrado a possibilidade de decretar a prescrição do crédito, desde que não haja ocorrido fato novo, decorridos cinco anos da decisão que determinou o arquivamento dos autos, depois de ouvido o exequente e o Ministério Público do Trabalho.

Ao justificar sua iniciativa, o autor argumenta que, além de não existir no nosso código de trabalho norma sobre a prescrição intercorrente na execução trabalhista, a orientação jurisprudencial e doutrinária a respeito do

tema também é inconclusiva, gerando, por consequência, insegurança jurídica.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decorrência do Requerimento nº 891, de 2010, deliberou pela aprovação da matéria, com apresentação de emenda. O texto aprovado dispõe que quando o exequente, por dois anos, não praticar ato de responsabilidade exclusivamente sua, do qual dependa a continuidade da execução, o juiz poderá, ouvido o Ministério Público do Trabalho, decretar a prescrição intercorrente.

Nesta Comissão, até o momento, não foram apresentadas emendas.

II - ANÁLISE

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o disposto no art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais discutir e votar projetos de lei que versem sobre relações de trabalho.

Sob o aspecto formal, não vislumbramos óbice algum de natureza jurídica ou constitucional no projeto. A disciplina da matéria é de competência legislativa da União (art. 22, I, da Constituição Federal – CF) e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da CF). Também os requisitos de adequação às regras regimentais foram respeitados.

Não havendo, portanto, impedimentos constitucionais formais, nem materiais, a norma, se aprovada, estará apta para entrar em nosso ordenamento jurídico.

Em relação ao seu mérito, entretanto, temos entendimento diferente daquele adotado pela CCJ.

Concretamente, o autor da proposta alega a necessidade da regulamentação da prescrição intercorrente no processo trabalhista, a fim de garantir a segurança jurídica ante a possibilidade de o empregador se ver surpreendido, anos depois da propositura da reclamatória, pela reativação de execução trabalhista.

Embora assista certa razão ao autor, julgamos que, tão importante quanto garantir a segurança jurídica nesses casos, é proteger o trabalhador para ter seu direito consolidado em crédito.

Como se sabe, a doutrina e a jurisprudência divergem sobre a questão. A Súmula nº 327 do Supremo Tribunal Federal diz que “o direito trabalhista admite a prescrição intercorrente”. Por sua vez, o Enunciado nº 114 do Tribunal Superior do Trabalho orienta que “é inaplicável na Justiça do Trabalho a prescrição intercorrente”.

Em face dessas orientações, diametralmente opostas, as decisões judiciais são as mais diversificadas. Por sua vez, os doutrinadores também manifestam posicionamentos diferenciados.

Antes de tudo, é preciso esclarecer que o objetivo maior do Direito do Trabalho é a promoção da melhoria das condições sociais do trabalhador. Por isso, é de fundamental importância que examinemos, sob essa ótica, qual orientação seguir: a do Supremo Tribunal Federal ou a do Tribunal Superior do Trabalho?

Para tanto, recorreremos aos argumentos da advogada Vanessa Kaniak para melhor elucidar a questão:

Muitos entendem que a súmula do STF é a correta por ser hierarquicamente superior, enquanto outros entendem ser aplicável a súmula do TST, fazendo analogia na hierarquia de normas aplicadas na justiça comum. Ao analisarmos esta questão, lembramo-nos da teoria de Kelsen, pela qual as normas jurídicas são dispostas em uma pirâmide, sendo que no vértice encontra-se a norma maior e abaixo as inferiores de modo sucessivo e escalonado entre as mesmas. Assim, um diploma encontra respaldo na norma que lhe é superior.

Seguindo este fundamento, a súmula do STF estaria em posição superior à súmula do TST, e assim, aplicar-se-ia a prescrição intercorrente na Justiça do Trabalho e por consequência a súmula do TST não teria validade. Porém, há um aspecto peculiar na Justiça do Trabalho. A sua finalidade não é igual à do Direito Comum. No Direito do Trabalho, o vértice da pirâmide é variável, pois, o objetivo maior é o social, é a promoção da melhoria das condições sociais do trabalhador, permitindo à União que normas e condições de trabalho mais vantajosas para os assalariados, venham a ser criadas pelas normas inferiores do escalonamento, conferindo direitos acima dos que são previstos na Constituição.

Assim, o vértice da pirâmide na hierarquia das normas na Justiça do Trabalho é ocupado pela norma mais vantajosa ao trabalhador, pois, a finalidade está na melhoria das condições sociais do trabalhador. Nesta seara, podemos fundamentar a formação do princípio da norma mais favorável ao trabalhador. Assim, havendo duas normas em conflito, sobre a mesma matéria, deverá ser aplicada a norma mais benéfica ao trabalhador, salvo existindo normas proibitivas do Estado ou nas hipóteses de flexibilização assegurada pela Constituição Federal.

A condição mais benéfica ao trabalhador deve ser analisada com prioridade. Vislumbra-se ao analisar o pensamento de muitos Doutores, conforme acima exposto, que se o ponto diante de tal conflito é a hierarquia de normas, aplicável seria o princípio da norma mais favorável ao trabalhador, e assim a aplicação da súmula deve estar condicionada à análise do caso específico, para aplicar a súmula que melhor favoreça o empregado, inexistindo assim, somente uma súmula correta.

Porém, difícil é de imaginar um caso em que a súmula do STF favoreceria o empregado e assim, podemos concluir que a súmula do TST seria a mais aplicável. Mesmo fora dos argumentos expostos para se chegar a conclusão da aplicação da Súmula da Superior Corte trabalhista, os juizes vem firmando entendimento no sentido da aplicação da Súmula do TST, mas sempre analisando o caso concreto (*in* Revista Eletrônica da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Paraná – n. 3 – Jan/Jul 2009; pp 5-6).

À luz do princípio da norma mais favorável ao trabalhador, não resta dúvida que a introdução da prescrição intercorrente em nossa legislação laboral poderá trazer prejuízos irreparáveis ao trabalhador.

Preocupa-nos, em especial, a situação daquele que está demandando diretamente, sem o acompanhamento de advogado. É pouco provável que ele conheça a legislação e talvez seja até difícil ouvi-lo, como prevê o parágrafo único do projeto. Ademais, nesses casos, o juiz possui amplas faculdades para dar continuidade ao processo, promovendo diligências e corrigindo erros procedimentais do autor.

Além disso, mesmo quando o exequente estiver representado pelo advogado, é possível que os bens necessários à execução estejam sendo escondidos ou sonegados. São comuns as execuções nas quais o empregador é condenado e simplesmente desaparecem os seus bens. Não raras vezes, ele retorna à atividade em outro lugar. Nesse caso, a procura do exequente por bens a nomear e a penhorar pode levar mais tempo e durar até anos.

Vale lembrar que o artigo 889 da CLT já regula adequadamente a matéria ao determinar que aos trâmites e incidentes do processo da execução são aplicáveis, naquilo em que não contravierem as normas celetistas, os preceitos que regem o processo dos executivos fiscais para a cobrança da dívida ativa da Fazenda Pública, que regulamentado pela Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, assim dispõe, no seu art. 40:

“**Art. 40.** O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição.

§ 1º Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública.

§ 2º Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos.

§ 3º Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução.

§ 4º Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a fazenda pública, poderá de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato.

Não é demais enfatizar também que o artigo 7º, XXIX, da Constituição Federal, já contém as hipóteses de prescrição no âmbito laboral, que são a quinquenal e a bienal, às quais não se alinha o previsto no projeto em tela, *verbis*:

XXIX – ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.

Em conclusão, não vemos como admitir a prescrição intercorrente em um ramo processual caracterizado pelo impulso oficial, inclusive na fase de execução (artigos 765 e 878 da CLT).

Se aprovado, além de desestimular aqueles empregadores que cumprem rigorosamente suas obrigações para com seus empregados, entendemos que o projeto sob exame pode ainda favorecer os maus empresários, ao premiar artimanhas contábeis e jurídicas que punem o trabalhador e precarizam as relações de trabalho.

III – VOTO

Pelas razões expostas, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 39, de 2007.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator